



## A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA NO CONTEXTO FEMININO

Alessandra NoreMBERG<sup>1</sup>  
Isabelle Pinto Antonello<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo maior deste estudo é conhecer a historicidade educacional da mulher desde a antiguidade até a contemporaneidade, seu fortalecimento frente aos direitos humanos e como cidadã. A metodologia aplicada na pesquisa é através de revisão de literatura observando que o eixo temático está voltado as Políticas Públicas de Gênero e Minorias o qual possui como tema a mulher no campo educacional e o que esta política pública está proporcionando de melhor a figura feminina, se realmente tem contribuído para o fortalecimento de sua vivência em sociedade, visto que as mulheres atuam em vários campos profissionais e como pessoas também lutam por igualdade de gênero e de condições salariais igual a dos homens. As mulheres atuam geralmente com dupla jornada de trabalho, muitas como profissional e também nas tarefas domésticas, além de ser responsável pela educação dos filhos, além de que contribuem para a defesa e o fortalecimento da democracia, da cidadania e a da inclusão social e a redução das desigualdades regionais fazendo com aconteça realmente o Estado Democrático de Direito.

**Palavras-chave:** Educação. Igualdade de gêneros. Mulher.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado - da Universidade de Santa Cruz do Sul - RS com bolsa do CNPq na modalidade GM, na linha de pesquisa em Políticas Públicas de Inclusão Social. Integrante do Grupo de Pesquisa (CNPq): Direitos Humanos, coordenado pelo professor Pós-Doutor Clóvis Gorczewski, da Universidade de Santa Cruz do Sul - RS. Especialista (2016) em Direito Processual Penal pela Universidade Anhanguera-UNIDERP. Especialista (2016) em Direito de Família e das Sucessões pela Universidade Anhanguera-UNIDERP. Bacharel em Direito (2014) pela Faculdade de Direito de Santa Maria - RS. Advogada (OAB/RS 98.184). Consultora Jurídica. E-mail: alessandrasn@hotmail.com

<sup>2</sup> Advogada, Formada na Universidade Católica de Pelotas - UCPel. Especialista em Direito e Processo do Trabalho. Especialização incompleta em Advocacia Previdenciária. Ênfase em pesquisas de Direito Público e Políticas Públicas, participei como Aluna Especial do Mestrado em Políticas Públicas disponível pela Universidade de Santa Cruz do Sul - Disciplina Espaço Público e Cidadania. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Direito - MESTRADO E DOUTORADO - Universidade de Santa Cruz do Sul. Integrante do Sub-Grupo de Pesquisa Gestão Local e Políticas Públicas (CNPQ) coordenado pelo professor Ricardo Hermany. E-mail: isantonello@hotmail.com



**ABSTRACT:** The main objective of this study is to know the educational historicity of women from ancient times to the contemporary, its front strengthening human rights and as a citizen. The methodology used in the research is through literature review noting that the main theme is facing the Gender Public Policy and Minorities which has as its theme the woman in the educational field and that public policy is providing best female figure, if really it has contributed to the strengthening of their experience in society, as women working in various professional fields and also as people fight for gender equality and equal pay conditions of men. Women usually work with double work, many as a professional and also with household chores, as well as being responsible for the education of children, and to contribute to the defense and strengthening of democracy, citizenship and social inclusion and reducing regional inequalities causing happen really democratic state.

**Keywords:** Education. Gender equality. Woman.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação não é uma atividade atual, ela vem sendo aplicada desde os primórdios da humanidade. Basta compreender que se observar um grupo de pessoas, sempre alguém orienta, investiga e dá coordenada aos outros. Esse processo é normal onde há um grupo de pessoas. Independente do tempo ou da situação, o processo de educar sempre atuou nas sociedades que formam a humanidade. Mesmo que a milhares de anos a educação fosse limitada a algumas pessoas, grupos sociais, ela existiu.

Há de se considerar que a educação sempre foi um privilégio masculino, a mulher era educada para ser esposa e mãe. A partir do momento em que a mulher buscou seu espaço e desejou fazer parte da sociedade como um ser de direitos iguais aos homens, a mulher também começou a fazer parte dos ambientes que eram considerados apenas para a população masculina.

O objetivo maior deste estudo é conhecer a historicidade educacional da mulher desde a antiguidade até a contemporaneidade, seu fortalecimento frente aos direitos humanos e como cidadã. A metodologia aplicada na pesquisa é através de revisão de literatura observando que o eixo temático está voltado as Políticas Públicas de Gênero e Minorias o qual possui como tema a mulher no



campo educacional e o que esta política pública está proporcionando de melhor a figura feminina, se realmente tem contribuído para o fortalecimento de sua vivência em sociedade, visto que as mulheres atuam em vários campos profissionais e como pessoas também lutam por igualdade de gênero e de condições salariais igual a dos homens. As mulheres atuam geralmente com dupla jornada de trabalho, muitas como profissional e também nas tarefas domésticas, além de ser responsável pela educação dos filhos, além de que contribuem para a defesa e o fortalecimento da democracia, da cidadania e a da inclusão social e a redução das desigualdades regionais fazendo com aconteça realmente o Estado Democrático de Direito.

## 1. HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL

Observa-se que na Grécia Antiga os fundamentos estavam voltados a formação do homem guerreiro, mesmo assim, sabe-se que era necessário instruí-lo, passou-se algum tempo e o aperfeiçoamento foi acercando o homem e os estudiosos da época. O surgimento das polis e de estruturas para a administração destes espaços foi abrangendo um maior número de pessoas que precisavam adquirir conhecimento. As artes surgiram, as letras e o trabalho das ciências exatas. Neste sentido, pode-se dizer que várias foram as formas de educação na Grécia, e em Esparta ela assume um papel de preparação para a guerra, enquanto que em Atenas assume um papel mais intelectual (ARANHA, 2006; JAEGER, 2003; MARROU, 1990).

Assim, pode-se considerar que a educação na antiguidade com o surgimento da *polis*:

A nova sociedade civil e urbana tinha uma grande desvantagem em relação à aristocracia, porque, embora possuísse um ideal de Homem e de cidadão e o julgasse, em princípio, muito superior ao da nobreza, carecia de um sistema consciente de educação para atingir aquele ideal [...] Cedo se fez sentir a necessidade de uma nova educação capaz de satisfazer os ideais do homem da polis (JAEGER, 2003, p. 336).

Neste sentido, pode-se concluir que a educação na antiguidade estava buscando uma ampliação de seus horizontes, buscava enfim uma formação plena para que o indivíduo se preparasse para a democracia, visto que foi na Grécia



ocorreram os primeiros movimentos democráticos. Pois, o homem estava sendo preparado para a vida, isto entre os séculos os séculos V e IV a. C.

[...] uma cultura mais crítica em relação ao saber religioso e mito poético e mais técnico-científica, que exalta a dimensão livre e o livre exercício da razão próprio de cada indivíduo e disposto a submeter à análise de qualquer crença, qualquer ideal, qualquer princípio da tradição (CAMBI, 1999, p.84).

Aranha ainda expõe que a educação para as crianças era antes de tudo “[...] aprender a nadar e a ler; em seguida, os pobres devem exercitar-se na agricultura ou em uma indústria qualquer, ao passo que os ricos devem se preocupar com a música e a equitação, e entregar-se à filosofia, à caça e a frequência aos ginásios. (ARANHA, 2006, p. 66). Já a educação na Roma Antiga era diferente da grega, era voltada ao pensamento filosófico e o poder pater era bem mais severo e rigoroso na antiguidade e de condição inviolável, sendo que no lar seu poder era inviolável, era um verdadeiro soberano, possuindo o poder da vida e da morte, e perante o Estado um cidadão servidor (GUILLEN, 1977 apud FONSECA, 2014). Outro ponto a ser observado neste período é de que “até os 7 anos a responsabilidade para com os filhos era da mãe, após isso as meninas permaneciam no aprendizado dos afazeres do lar e os meninos passavam a ter o pai como responsável por sua educação” (FONSECA, 2014).

Neste período a educação era destinada apenas alguns elementos da sociedade na antiguidade, conforme Fonseca verifica-se:

Não se pode deixar de destacar que a educação não era para todos, ficando concentrada pelo menos em seus últimos níveis, nas mãos de classes dominantes, tendo esses uma base educacional sólida e voltada para a formação do pensamento filosófico e oratória. Sendo que, para o restante da população em muitos casos sua educação era em grande parte provida pela própria família e voltada para um ofício (FONSECA, 2014, p.1).

Com o passar dos anos pode-se observar que a educação passou por várias adaptações. O estudo sobre a Educação no Brasil começa no período da colonização brasileira, quando os jesuítas forçosamente começaram a catequizar os índios que aqui viviam, e como habitantes naturais do Brasil, eram analfabetos, e nem mesmo tinham conhecimento sobre a Língua Portuguesa ou a Língua Espanhola. Quando o Brasil foi descoberto, Portugal não tinha a intenção de colonizar a terra, a ocupação seria inicialmente apenas econômica e exploratória e no primeiro meio século após a invasão, era apenas de uma presença política. Com



o passar do tempo foi necessário estabelecer um “Governo Geral”, assim depois de cinquenta anos inicia-se a educação no Brasil (GUILLEN; COUCEIRO, 2000).

A educação no Brasil-Colônia e a Reforma Pombalina recebeu, nesse período, influência direta da Filosofia da Ilustração ou Iluminismo. A expulsão dos jesuítas do território brasileiro ocorre em 1759. Os colégios são fechados, os livros proibidos. Entretanto, a primeira aula régia só funcionou no Brasil em 1773. Decorreram, portanto, 13 anos sem os colégios, um fato que pode ser visto como um “buraco negro” na educação brasileira. No século XVIII a educação brasileira sofreu algumas mudanças, o panorama educacional pobre no Brasil ganha algumas criações expressivas. A mudança se fez sentir logo ao primeiro contato e, pode-se dizer, foi explícita no que tange educação. E, podia-se verificar a diferença entre a América Portuguesa, onde, o ensino era nada, absolutamente nada, enquanto que na América Espanhola encontravam-se seis Universidades, entre elas: A Universidade de São Domingos (1538), A Universidade de Lima (1551), a Universidade do México (1551), a Universidade de Santa Fé de Bogotá (1580), a Universidade de Charcas ou de Chuquisaca, hoje em dia Universidade de Sucre (1587). D. João começou tentando suprir as carências e, refletindo uma postura Iluminista, cria instituições. Dentre as escolas e iniciativas culturais, podia-se destacar: biblioteca Real, Real Academia de Marinha, Academia Real Militar, Imprensa Régia, Jardim Botânico, Real Academia de Pintura e Escultura, Cursos Médicos, Cursos Jurídicos. Durante o período do Brasil Império, onde foram lançados os ideais Iluministas, o único acontecimento Concreto e eficiente foi inserir, na Constituição de 11 de dezembro de 1823, promulgada por D. Pedro I, o célebre Art.179, repetido numerosas vezes depois: A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos, apesar de ser, assim, um dos primeiros países a estabelecer a obrigatoriedade do ensino elementar, mesmo hoje em dia em mais de uma área. O Brasil ainda se apresenta coma terra de analfabetos. E bem típico do espírito de muita gente no Brasil pensar que, feita à lei, a “reforma educacional” também está fatal e matematicamente realizada (CUNHA, 1980; MATTOS, 1958; RIBEIRO, 2000).

Em 1827 foi criado o método Lancaster, instituindo assim escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos; e ainda implantou em cada convento do Brasil uma escola para meninos e, em cada casa de religiosas, uma escola para meninas: “A medida equivalia a uma verdadeira revolução nos costumes da época: reconhecia oficialmente a necessidade da educação feminina, que a





Colônia e D. João VI tinham teimado em ignorar. E tanto a disposição vinha a tempo e hora, que no ano anterior, das 13 escolas públicas primárias existentes na Capital nenhuma era feminina, as meninas estudavam mais as artes das prendas e os meninos mais geometria. Da mesma forma, seguindo a tradição da sociedade da época, havia diferenças curriculares entre escolas para meninas e para meninos. Registra-se ainda a criação da primeira escola normal pública da América, a escola Normal de Niterói, em 1835 (MENNUCCI, 1932).

Durante a Regência, após a volta de D. Pedro I a Portugal (de 1831 a 1840), a educação continua a seguir os modelos europeus, o que nada mais é do que um reflexo das condições da população em que apenas uma pequena parcela tem acesso à educação. A instauração da Regência, no entanto, manifesta preocupações educacionais com a promulgação do Ato Adicional em 1834. Em seu artigo 10, declara-se que às províncias caberia legislar sobre a instrução pública, exceto as Faculdades de Medicina e Cursos Jurídicos. No Segundo Império, o panorama cultural e educacional apresenta duas fases nitidamente delineadas. A primeira (de 1840 a 1870), de cunho tradicional, continuista; a segunda de 1870-1889), de caráter renovador. Surge também a chamada Pedagogia Realista. Isso alimenta a crença de que a causa do atraso e da miséria social do país se encontrava basicamente na ignorância, reproduzida pela ausência ou pela precariedade da educação popular. Ainda há por outro lado, as idéias liberais que promovem, na prática, a abolição da escravatura, o positivismo acarretará a Proclamação da República (CUNHA, 1980; MATTOS, 1958; RIBEIRO, 2000).

Mas, no que se refere à educação feminina pode-se perceber que:

A trajetória da mulher brasileira nos últimos séculos é, para dizer pouco, extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período colonial, para uma participação tímida nas escolas públicas mistas do século 19; depois, uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de uma expressiva participação na docência da educação superior (RISTOFF, 2006, p.1).

Nesse sentido, pode-se verificar que as lutas sempre foram na busca de igualdade de gêneros e de direito a educação tanto para os homens como para as mulheres. E no Brasil, as mulheres, através de movimentos feministas conseguiram muitos avanços em relação às políticas públicas, não só para a educação como também para a saúde, violência contra a mulher, pois como se



pode perceber conforme os princípios dos direitos humanos fundamentam-se em liberdade, igualdade e fraternidade, e nesse sentido, o objetivo da educação seria a formação da consciência democrática e uma escola pública, universal, laica, obrigatória e gratuita.

## 1.1 As Políticas Públicas para a educação

No ano de 1987, sem dúvida foi à época de muitos fatos e argumentos que só fizeram evidenciar a importância, dos conflitos e das deficiências da administração da educação, surgiram greves, quando muitos universitários e estudantes ficaram sem aula, muitas manifestações públicas e divergências na vida pessoal de muitas famílias ocorreram, e situações de conflito entre o governo e magistério se originaram, situação de crise econômica, social, política da época. Depois da turbulência, a reflexão sobre a crise, e o desejo de que se construísse uma sociedade mais democrática, justa e igualitária para todos os brasileiros.

Em 1987, inúmeros acontecimentos com participação popular ocorreram no Brasil, em seguida, a Constituição Federal em 1988, estabeleceu que o ensino público, em todos os níveis deveria ser condizente com “a gestão democrática”. Hoje na educação, a gestão democrática está intimamente articulada ao compromisso social e político dos interesses reais e coletivos, dos sujeitos que estão inseridos no âmbito educacional percorrendo a história da educação brasileira, percebe-se também que o termo gestão é enfatizado na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN nº 9.394/96) e estabelecido na Constituição Nacional Brasileira.

A principal lei que regulamenta a nação brasileira é a Constituição Federal<sup>3</sup> (1988), esta que enfatiza o direito a educação, expõem no Título VIII da Ordem Social, Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação, em seus artigos 205 e 206 o seguinte conteúdo:

Art.205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art.206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

<sup>3</sup> CF – Constituição Federal, Lei Magma do País, outorgada e sancionada em 1988.



- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepção pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI. gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII. garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988, p. 41).

Na Constituição Federal verifica-se que a educação é um direito de todos e dever do Estado, embasa ainda que deva dar acesso e o mesmo atendimento a todos, deve ser democrática e gratuita.

Dentre as bases legais para a educação encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>4</sup>, Lei n. 9394/96, o seguinte enunciado no Título I da Educação “Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Nos artigos 12, 13, 14 e 32 a respeito da incumbência e objetivo na educação fundamental e é extremamente importante observar que no inciso IV projeta uma visão ampla do que se refere à família:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

(...) VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; (...).

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

(...) VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

(...) II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (...)

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, p. 5-10)

A escola e a família devem estar ligadas em prol da educação e do ensino aprendizagem das crianças. É necessário que haja engajamento nas ações, pois

---

<sup>4</sup> LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 aprovada e sancionada em 1996.





a supervisão escolar e a orientação escolar é um elo marcante no diálogo entre professores, direção e alunos. Não basta a nota para satisfazer a família, é necessário focalizar o sistema todo, os objetivos e a integração. O diálogo e a análise do que realmente acontece na escola incentiva à responsabilidade dos pais com o filho e dos pais com a escola. Outro ponto importante para que a escola e a família unam-se, é a maneira como os pais são tratados, é necessário abrandar as reuniões em que o tema principal é a reclamação dos filhos, eles precisam ser incentivados para que haja uma melhor relação escola-família conforme expõe o artigo 32, da LDBEN, “o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”, e, essa tolerância recíproca só é fortalecida quando os pais são chamados e respeitados.

Diante da legalidade, a gestão tem a responsabilidade de garantir o direito à participação de todos os que constituem o espaço escolar, respeitando sua condição cultural e social. Todos podem intervir na construção da política e na gestão das instituições educacionais. Esse processo de democratização da sociedade que exige novas concepções e a democratização dos processos administrativos da escola passa a impor um novo paradigma. Na visão de Lück:

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir à dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específicos, afinando como as diretrizes e políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, compromissando com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo [...] a gestão educacional abrange, portanto, a articulação dinâmica do conjunto de atuações como prática social que ocorre em uma unidade ou conjunto de unidades de trabalho que passa o seu enfoque orientador da ação organizadora e orientadora do ensino, tanto em âmbito macro (sistema) como micro (escola) e na interação de ambos os âmbitos (LÜCK, 2006, p.111).

Nesse sentido, os paradigmas superados de gestão precisam ser revistos. Faz-se necessário construir nas instituições educativas novas visões e outras práticas de gestão, pois se precisa assegurar a passagem da concepção de administração escolar para a concepção de gestão democrática, de forma equilibrada e sem demora.

Essa evolução só se dará através da participação, como em qualquer processo democrático, através de um caminho que se fez ao caminhar, e não como algo que surge espontaneamente ou que seja implantado por alguém bem-



intencionado em promover a democratização do ensino. O desenvolvimento democrático que ali se realiza pressupõe sua construção no cotidiano escolar, o que não dispensa a necessidade da reflexão permanente a respeito dos obstáculos que se apresentam na realidade concreta.

O grupo de democracia só é efetivo por ações e relações que se dão na realidade, sendo a democracia coerente entre a teoria e a prática para que haja a efetivação fundamental.

## 1.2 O educar e a educação para a mulher

Comênio dizia que: “[...] as escolas, enquanto formam o homem, devem formá-lo todo, de modo a tornarem-no igualmente apto para os negócios desta vida e para a eternidade, para a qual tendem todas as coisas que se fazem nesse mundo”. (COMÊNIO, 1996, p. 252-253).

Neste sentido ainda enfatiza o autor que:

[...] pretendemos apenas que se ensine a todos a conhecer os fundamentos, as razões e os objetivos de todas as coisas principais, das que existem na natureza como das que se fabricam, pois somos colocados no mundo, não somente para que façamos de espectadores, mas também de actores (COMÊNIO, 1996, p. 145-146).

Comênio elabora um projeto educacional de custo barateado de forma que, tanto o Estado quanto a Igreja pudessem garantir rubricas em tal direção e ele busca equacionar a dificuldade – do custo financeiro da escola - adotando o método intuitivo sintético e, por outro lado, eliminando da sala de aula aquele “montão de livros supérfluos” que na opinião dele, só serviam para distrair o aluno, colocando em seu lugar os manuais didáticos resumidamente e estrategicamente produzidos para “ensinar tudo a todos” (COMÊNIO, 1996).

Comênio previa com este método, que o professor, com economia de tempo e dinheiro e sem, contudo, produzir ciência, conduzisse seus alunos ao aprendizado, através da experiência sensível estabelecida no contato direto com as coisas do mundo (COMÊNIO, 1996).

Nas ideias do autor pode-se perceber que a educação deve ser igual a todos e como se verifica a mulher também possui os mesmos direitos dos homens, nesse sentido, ainda se observa que segundo afirma Alves (1993, p.74)



“O desenvolvimento do pensamento burguês precisa ser visto na sua unidade. enquadrá-lo segundo suas manifestações específicas – como Humanismo, Reforma ou Iluminismo.” O autor ainda se refere que os novos ideais dos homens, é ser preocupado com outros temas de reflexão a despeito da política, cultura, moral, ciências, comércio e trabalho, e imanente a esses temas de discussão, a instituição da escola pública para todos e, também outras tentativas de organização pedagógicas além daquelas apresentadas por Comênio (ALVES, 1993).

Nas observações anteriores percebe-se a importância de uma educação para todos, e através das lutas femininas pela educação as mulheres que Cunha explana esta busca por uma formação educacional.

Durante anos o direito de cursar o ensino superior foi negado às mulheres. A busca pelo direito à educação é uma bandeira que passou a ter força no século 19. A entrada das mulheres na universidade aconteceu primeiramente nos EUA, em 1837, com a criação de universidades exclusivas para as mulheres. Na Europa o processo foi mais demorado e começou pelas universidades menores. O acesso à educação só começou a aumentar após a 1ª Guerra Mundial. No Brasil, Rita Lobato Velho Lopes foi a primeira mulher a receber um diploma superior e a segunda da América Latina. Ela formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1887.

Hoje, as mulheres ainda enfrentam diferenças no acesso à educação, em comparação aos homens. De acordo com dados divulgados neste mês pela Unesco, ainda que o número de analfabetos tenha diminuído na última década em 150 países, 774 milhões de adultos – pessoas com mais de 15 anos – em todo o mundo continuam sem saber ler. Desse total, 64% são mulheres. Entre os 123 milhões de analfabetos com idade entre 15 a 24 anos, 76 milhões são do sexo feminino (CUNHA, 2013, p.1).

Nessa caminhada ainda há muito a ser feito, pois apenas através de muita luta a mulher está conseguindo se inserir no mercado de trabalho e receber remuneração para as suas atividades laborais.

Então, O fenômeno da educação contemporânea em sua aparente caótica realização, que no lugar de fazer um inventário dos problemas atuais da educação e de, idealisticamente, propor o que a escola deveria ser, ele se pergunta o que a escola verdadeiramente é. Para isso desvenda-se o processo de produção material da escola pública e suas funções sociais. Ainda há de se entender que a natureza das funções sociais assumidas pela escola será desvendada pelo seu processo de produção material. A escola passa a incorporar os problemas de uma sociedade em que a mulher trabalha fora e que as crianças não tem onde ficar, dessa maneira, a escola pública, gratuita e



universal passa a ser plataforma de reivindicações de ambas as classes sociais: burguesia e proletariado. São as leis que operam sob o monopólio que determinam o perfil da escola pública atual. A escola pública cumpre importante função social no interior da lógica capitalista do período monopólico. E o autor descreve detalhadamente os números gerados pela educação. O Brasil, que não é dos que mais investe no setor, reserva 25% de seus recursos na atividade educacional. A educação é uma aliada das indústrias, gera capital de maneira direta ou indireta, são as livrarias, a indústria têxtil entre tantas outras. Há muito que se fazer para que a escola continue como uma aliada no processo de ensino aprendizagem, pois muitos motivos levam as crianças a não frequentarem as escolas.

As ideias filosóficas e as tendências pedagógicas expressadas na educação contemporânea brasileira – no Brasil, século XX, os diversos movimentos sociais e a produção acadêmica de projetos e propostas de educação, particularmente, para a escola pública decorrem da insatisfação com os resultados de aprendizagens considerados insatisfatórios e que são produzidos pelas ações educativas escolares e não escolares, historicamente, denominado, de fracasso escolar. Diante disso, os educadores buscam na filosofia e nas ciências sociais uma solução para o problema da escola, no sentido de produzir novas pedagogias, como se o problema do acesso a escola e do fracasso escolar decorressem somente da pedagogia e não de um conjunto de fatores que o determina. Ora a problemática do acesso a escola e do fracasso escolar só pode ser compreendido, à sua raiz, se for introjetado no interior das relações sociais – históricas – que o produziu.

É interessante ressaltar que o fracasso escolar desencadeou um processo de revisão no sistema educacional, tanto é culpa do mundo externo como da escola em produzir o fracasso escolar, a partir dos anos 70 passou-se a verificar qual o padrão ideal de avaliação e como deveria ser propostas metas para a educação, surgindo novas táticas para derrubar o fracasso escolar, porém, por outro lado ocorreu uma decadência no sistema educacional, onde muitas são as causas desse processo, o mau pagamento de professores, o número de alunos nas salas de aula, enfim várias são as repercussões do fracasso escolar entre a sociedade. Outro ponto de relevância no processo educacional são as desigualdades de escolaridade que se tornaram um problema de ordem social e



política à medida que a escola tornava-se cada vez mais uma responsabilidade do governo. Isso se agravou com o crescimento das cidades e da população infantil nas ruas e força de trabalho.

Esse fracasso escolar é um dos sinalizadores da crise educacional que vem se perpetuando ao longo dos anos, expresso na forma de evasão e repetência dos alunos das escolas públicas e na acentuada queda da qualidade de ensino, na rede de ensino público. As políticas públicas nas últimas décadas partem do pressuposto de que é necessário romper com a exclusão ou expulsão do aluno, construindo uma contra hegemonia que se situe a favor das crianças das classes populares.

A partir de 80, ocorreu uma virada no sistema escolar, desejo de acabar com a exclusão de alunos, melhorar a aprovação e garantir a escolaridade a todos. E, em relação as necessidades de sanar o fracasso escolar é que o pensamento intelectual brasileiro centra o foco de suas análises, sobretudo, na busca de relação escola e sociedade e na redefinição do papel da escola como mediadora do processo de transformação social. Surgiram severas críticas a educação tradicional, buscando tendências pedagógicas inovadoras. Nos anos 80 pode-se considerar como um estágio fértil de produção científica na área da educação, com muitos educadores buscando uma renovação no sistema educacional. Nesse momento surgiram grandes nomes que lutaram por dias melhores na educação, e cada um soube realizar a sua contribuição nessas discussões sobre educação no Brasil. (SAVIANI, 1995)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É extremamente importante conhecer o processo evolutivo da educação do cidadão, principalmente da mulher, desde a época primitiva até hoje, conhecer os conceitos e as abordagens de diversos autores na formação do processo educacional, pois é através desse referencial que se pode compreender os caminho que a educação processou até hoje.

Percebe-se ainda que cada período focaliza o que hoje é a estrutura do sistema educacional, pois ao longo do tempo ainda há presença de muitas





teorias no processo educativo e muitas vertentes são referenciadas para a execução do plano nacional de educação.

Na formação educacional a humanidade precisa voltar-se aos estudos para melhor atender a clientela que ingressa nas escolas. Observa-se ainda que isso propõem melhor preparo do futuro profissional para lidar com as situações que surgem a todo o momento.

A formação escolar está a cada dia enfrentando maiores temores quanto à formação do educando e, somente com preparo e fortes embasamentos teóricos estarão os acadêmicos preparados para enfrentar o mundo e principalmente o mercado de trabalho.

Além de tudo, A partir desta revisão bibliográfica pode-se perceber a importância de conhecer o histórico da formação da educação no Brasil e como se pode chegar aos cursos superiores, visto que a mulher não tinha o direito desde a antiguidade de participar da vida ativa como cidadã, com referências a construir a sua própria cidadania. De ser dependente passou a possuir valores éticos e sócias, levando-as a uma participação feminina e democrática. Além de tudo, através de suas lutas pelo empoderamento feminino também possui os mesmo valores que a população masculina na sua busca pela igualdade de gêneros e de direitos numa sociedade excludente. Espera-se que a participação feminina nos diversos setores da sociedade só tenham a se fortalecer através de lutas intermináveis, mas esta é a posição da mulher hoje, uma mulher ativista, que busca sua emancipação e sua liberdade de vida.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas, SP: Autores Associados; Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1993.

ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia – Geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Diário Oficial. Brasília, DF, 23 dez. 1996.



CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999.

COMÊNIO, João Amós. **Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos**. 2.ed. Intr., trad. e notas de Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.

CUNHA, L. A.. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, c. **Direitos femininos: uma luta por igualdade e direitos civis**. 2013. Disponível em: < <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/direitos-femininos-uma-luta-por-igualdade-e-direitos-civis.htm>>. Acesso em 22 set. 2016.

FONSECA, R. A. de. **Educação greco-romana: a base da educação que conhecemos**. Curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação. [Mestrado]. Nova Iguaçu – RJ. 2014. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/educacao-greco-romana-a-base-da-educacao-que-conhecemos/119200/#ixzz4KpEB8Ydm>>. Acesso em 15 set. 2016.

GUILLEN, I.; COUCEIRO, S.. **500 Anos Um novo mundo na TV**. Brasília : MEC . Secretaria de Educação a Distância, 2000 80 p. 2v. : il. – (Cadernos da TV Escola 1). Disponível em: <Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0803200610.htm> >. Acesso em: 16 set. 2016.

JAERGER, W. **Paideia – a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARROU, H. I. **História da educação na antiguidade**. Tradução de Mário Leônidas Casanova. São Paulo: EPU, 1990.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional – uma questão paradigmática**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

MATTOS, L. A. de. **Primórdios da educação no Brasil: o período heroico**.(1549-1570). Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1958.

MENNUCCI , S. **Cem Anos de Instrução Pública (1822-1922)**. São Paulo: Editores Salles oliveira, Rocha & Cia, 1932.

RIBEIRO, A. I. M.. **Mulheres educadas na colônia**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). 500 Anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

RISTOFF, Dilvo. **"A trajetória da mulher na educação brasileira"**. Folha de São Paulo. São Paulo, 08 mar. 2006. Caderno Opinião. Disponível em: <Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0803200610.htm> >. Acesso em: 20 set. 2016.